

Entrevista com Albino Almeida:

“A escola é o lugar onde mais falta faz a prossecução de políticas educativas”



**ALBINO ALMEIDA,
PRESIDENTE
DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
V.N. DE GAIA**

**“As escolas
não podem ser
confeccionais
nem
Filosóficas”**

Possui uma vasta experiência em domínios como a família, a escola, os jovens... Partindo desse legado, considera que a escola actual se encontra adequada às necessidades dos alunos, da família e da sociedade?

Albino Almeida (AA) – Desde logo, a escola! É talvez o lugar onde mais falta faz a prossecução de políticas educativas. Somos um país que, em determinadas alturas, acentua muito certas problemáticas, como é o caso das educativas que, em geral, desde António Guterres, têm estado na agenda e no espaço público mas, em boa verdade, constata-se muitas intermitências de políticas... Os ministros vão acentuando uma ou outra vertente, muitas vezes de acordo com opções pessoais, mas ainda não se verificou um consenso nacional que permita definir o que é essencial e que, podendo ser orientado pelos vários ministros de forma diferente, devia apontar no sentido de melhorar e de fazer mais do que propriamente interromper ou parar. Prefiro o gradualismo ao reformismo porque sim... Portanto, a não prossecução de políticas educativas, que não permite que caminhemos para o mesmo objectivo, ainda que por vias diferentes que têm a ver com a opção que o povo faz em cada momento em relação aos governos, é um dos males maiores da nossa governação, com especial enfoque na última legislatura! E a escola sofre muito com isto. Não temos uma educação cívica nem ideário republicano na escola!

Numa recente visita a Gaia, D. Carlos Azevedo, o responsável pela educação e cultura no Vaticano, desafiava-nos para esse designio, em termos ecuménicos, porque muita da educação também é promovida por privados e muitas vezes confeccionais, afirmando que seria possível pormo-nos de acordo em relação a valorizar os direitos humanos, os direitos da criança, um conjunto de convenções que deviam, na educação, ser ensinados, por exemplo no modelo dinamarquês, em que estas matérias são afluadas desde os jardins escola e trabalhadas como currículo obrigatório até às universidades. Nesse sistema educativo, permanentemente, os alunos revisitam, de acordo com as suas idades, esses princípios e valores educativos!

Em suma, a educação sofre de uma lacuna gravíssima e que se prende com a razão que referia quanto à interrupção da valorização de

algumas políticas públicas, desde a sexualidade, à educação para os afectos, passando pela educação para a adopção de estilos de vida saudáveis, a prevenção das dependências e das adições, etc...São matérias em que as escolas sofrem muito com os seus alunos, já que é lá que todos os problemas aparecem! Em Gaia, em parceria com a ARS, temos um atendimento realizado por uma psicóloga na Casa da Juventude, para onde são endereçados todos os casos identificados nas escolas, nos tribunais de menores ou nas CPCJ, mas numa perspectiva curativa e não preventiva. Justamente porque existe a tal interrupção na importância atribuída às políticas públicas, por parte da governação nacional, o que é impensável a nível concelhio! Há uma dimensão educativa que a escola tem, para além do tradicional ensinar e aprender, para a qual tem estado muito mal preparada, nomeadamente em termos de recursos humanos! Respondendo aos estudos e diagnósticos já consensuais, as autarquias têm colmatado as faltas da política central, a partir dos seus próprios orçamentos...

40 anos depois, parece que a escola pouco mudou...

AA – É bastante por aí... parece! Porque, felizmente, os mais credíveis programas de aferição e avaliação dos sistemas educativos têm desmentido essa percepção! Quando olhamos para a Constituição, verificamos que está lá tudo mas, talvez mais de metade do que ela implica não se cumpre! Desse ponto de vista, diria que falta caminhar muito e colocarmo-nos de acordo relativamente ao que é essencial em cada tempo! E, uma vez mais, não pode haver interrupção no que é essencial, nomeadamente na missão da escola ensinar e formar em valores. As escolas não podem ser confeccionais nem filosóficas mas têm que convergir num foco: o ser humano, plenamente desenvolvido, capaz de eleger opções de vida saudáveis e de aplicar o que aprende. Fico perplexo ao constatar que alunos que do ponto de vista curricular devem saber tudo sobre violência e suas consequências, sejam, eles mesmos, na vida vivida, violentos no namoro...

Numa altura em que tanto se fala em campanhas de sensibilização, não seria pragmático tentar sensibilizar em primeira instância os decisores políticos para estas matérias?

AA – As campanhas de sensibilização só fazem sentido quando as pessoas estudam os problemas. Creio que seria essencial promovermos, por exemplo, sensibilização para as questões da segurança que visassem fazer de cada cidadão um elemento de garantia da sua própria segurança. Não podemos ter um polícia atrás de cada pessoa, nem podemos ter um psicólogo atrás de cada jovem. Temos que os fazer pensar e reflectir sobre os problemas e, depois sim, faz sentido criar campanhas de sensibilização, nomeadamente através do confronto com a realidade. E através deles próprios! Por exemplo em tutoria dos mais velhos aos mais novos!..

Numa recente conversa um amigo que trabalha na área das dependências dizia-me que enquanto houver memória dos que morreram” podes” (expressão d os jovens relativamente àqueles que dependiam de

substâncias como as drogas duras, injectáveis e, como consequência morreram!) não haverá problemas relativamente ao consumo destes tipos de drogas consideradas pesadas por parte dos jovens... A verdade, no entanto, é que eles dispõem hoje de sistemas muito mais sofisticados, nomeadamente através da internet, em que acedem a um conjunto de “medicamentos”, bastante piores até do que as drogas tradicionais. Portanto, para a eficácia da sensibilização, implica conhecer os novos perigos e riscos!

Como é sabido, a comunidade educativa é constituída por vários agentes, desde os professores aos pais, passando pelos auxiliares e até pela sociedade... Todos mediados pela decisão política... Onde estará afinal a maior fatia de responsabilidade face ao estado actual da educação portuguesa?

AA – Enquanto ministra da educação, a professora Maria de Lurdes Rodrigues dizia que, em matéria educativa, provavelmente todos temos razão e, por isso, todos temos responsabilidades! Quando falamos com os pais, percebemos que são impotentes para muita coisa, o mesmo sucedendo com os professores... Portanto, temos aqui algumas questões que importa observar com sentido de responsabilidade. É responsabilidade das famílias não desacompanharem os seus filhos ao ponto de não se aperceberem, por muito habilidosos que eles sejam, que estes dão sinais de adição. É fundamental que as escolas ofereçam formação e sensibilização aos pais para os sinais que são indícios claros de que existe adição. E o mesmo relativamente aos professores e às restantes pessoas que lidam com os jovens. Aqui equipararia o Estatuto do Aluno ao Diário da República: está lá tudo previsto para salvar os alunos mas, aparentemente, não se está a fazer o necessário! As equipas multidisciplinares, que tantos governos implementaram no Estatuto do Aluno, estão por cumprir nas escolas. E isso é decisivo. Porque, tal como não podemos pedir tudo aos pais, também não podemos pedir tudo aos professores. Desse ponto de vista, seria desejável a existência de equipas que convocassem os pais, nomeadamente a partir do sexto ano, para os alertar que a adolescência é um mundo em que o jovem entra sem mapa e sem guia e do qual sai muitas vezes mal... porque se perde lá dentro!

Num modelo pedagógico em que proliferam diversas disciplinas, em que medida caberia uma outra, com conteúdos mais focados na educação para a cidadania, para a responsabilidade social, para a saúde...?

AA – Eu sou um observador atento do que se faz na Europa do Norte. De resto, em matéria pedagógica e de modelo educativo, devo frisar que a Europa do Norte olha muito para Portugal... A Escola da Ponte, na Vila das Aves, é muito visitada por finlandeses, que também se inspiram neste nosso modelo. Esta escola tem uma assembleia, em que todas as semanas reúnem alunos, professores e funcionários. E tudo é tratado nessa reunião magna! Se for identificada qualquer problemática, a mesma é tratada pelo colectivo! Não sendo possível fazer isso em todas as escolas, deverá pelo menos elaborar-se um currículo que corresponda a um compromisso social de todas as forças políticas, porque isso significa um investimento na saúde pública! E devia ser assente, nomeadamente como inspiração, nos programas de cidadania existentes nos países do Norte da Europa, logo a partir dos três anos em abordagens de conteúdos adaptados às idades! Na Noruega, por exemplo, a educação é um subsistema da garantia do direito à saúde mental e, por isso, o coordenador das equipas multidisciplinares é um enfermeiro... E este profissional, que é capacitado para perceber que qualquer problema de saúde, sabe que os problemas de saúde, cada vez mais, inicialmente, têm uma causa que é externa à própria pessoa – uma causa social! Ora, como na

Noruega a escola faz parte da garantia da saúde mental da população, é ali que o enfermeiro recebe e canaliza a pessoa para as diversas especialidades! Temos muito caminho a percorrer em Portugal mas, se conseguíssemos criar nas nossas escolas um responsável multidisciplinar, por exemplo da área da enfermagem, ganharíamos certamente muito! Porque passaríamos a interiorizar que a educação, enquanto conhecimento, pode ajudar-nos a sermos mais felizes e a facilitar-nos a tomada de decisão relativamente às escolhas de vida!

Ainda que com um poder e competências reconhecidamente limitadas, que papel caberá às autarquias quanto à promoção da reversão da actual situação?

AA – Mais uma vez, temos que ter noção do presente, compreender o passado e olhar para o futuro. Tenho muita esperança que a descentralização, que o Governo assumiu como eixo estruturante – pedra angular das políticas públicas! – para os próximos anos, se realize. É suposto que as autarquias aumentem as suas competências em matéria de educação, saúde e segurança social e isto é decisivo porque, a partir daí – como estamos a fazer em Gaia na educação – é possível às autarquias trabalharem mais directamente com os serviços públicos e permitirem justamente esta mudança!

Há semanas, apresentamos o Programa “Gaia Mais Inclusiva”, um programa organizado conceptualmente concebido para, a partir de um atendimento personalizado e de qualidade a nível concelhio, sejam dadas respostas locais articuladas com as freguesias a fim de solucionar problemas relacionados com habitação, saúde, educação e apoios sociais, entre outros! Acredito que se tivéssemos competências e autonomia política concelhia em matéria de saúde e de segurança social, com poderes descentralizados de coordenação desses serviços, poderíamos implementar em termos locais, como estamos a fazer com o Gaia Mais Inclusiva, significativas melhorias até em domínios como a prevenção das adições e de outras problemáticas da saúde! Até porque temos outros programas a funcionar que têm revelado sucesso, como o Gaia Aprende Mais, nas AEC, os quais permitem dados de gestão e avaliação absolutamente decisivos para a melhoria contínua dos diagnósticos e das soluções a implementar!

Também nesse sentido, poderá a Frente Atlântica constituir um eixo de oportunidades?

AA – A Frente Atlântica é uma excelente oportunidade. Tenho muita esperança que o Dr. Manuel Pizarro, conforme é seu conhecimento e competência profissional e política, consiga dinamizar esta área, a fim de que seja possível articular políticas e ganhar densidade suficiente para podermos reivindicar, junto do Ministério da Saúde, a descentralização efectiva da capacidade para fazermos as coisas necessárias no terreno, que é onde os problemas estão.

